

LEI Nº. 238/2017,

SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ (PI), 22 DE JUNHO DE 2017.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ.

Faço saber que a Câmara Municipal de São Francisco de Assis do Piauí (PI) aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de São Francisco de Assis do Piauí - PI, para o ***Exercício Financeiro de 2018***, nos termos do Art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 4.320/64, e nos termos da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III. A organização e estrutura dos orçamentos;
- IV. Disposições relativas à Dívida Municipal e a captação de recursos;
- V. Disposições sobre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;
- VI. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações tributárias do município e medidas para o incremento da receita, para o exercício correspondente;

VIII. No Orçamento o valor da Receita será igual ao valor da despesa, e integrara a essa Lei o Anexo I de metas Fiscais e o Anexo II de Riscos Fiscais, na forma do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Parágrafo Único – As diretrizes aqui estabelecidas ajudarão na elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município, relativa ao referido exercício financeiro.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas da Administração municipal para o Exercício de 2018 serão fixadas em consonância com o Art. 4º da Lei Complementar 101/00, bem como em consonância com o Art. 165, § 2º, da Constituição Federal, em que são especificadas no Anexo I, que integra esta Lei, a serem detalhadas na programação orçamentária para o **Exercício Financeiro de 2018:**

- I. Austeridade na utilização dos recursos públicos;
- II. A prestação de serviços educacionais de qualidade;
- III. A garantia de serviços de atenção e prevenção da Saúde e Saneamento Básico;
- IV. A promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;
- V. A assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;
- VI. A geração de emprego e renda através de cursos que qualificam a mão de obra local e da garantia de crédito;
- VII. A habitação e o urbanismo – Habitação popular e infra-estrutura urbana e rural;
- VIII. A promoção da agricultura e do abastecimento;
- IX. Recuperação e preservação do meio ambiente;
- X. O planejamento das ações municipais com vistas à racionalização, eficiência, efetividade e eficácia.

Parágrafo Único - Na elaboração do Projeto de Lei do PPA (Plano Plurianual) e da Proposta Orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, significando dizer que as metas estabelecidas não constituem limite à programação de despesa.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual obedecerá à elaboração do Orçamento do Município de São Francisco de Assis do Piauí relativo ao Exercício Financeiro de 2018, e as diretrizes gerais e específicas de que trata este capítulo, consubstanciadas no texto desta Lei.

Art. 4º. Os valores da receita e da despesa serão orçados com base nos seguintes fatores:

I - execução orçamentária dos últimos três exercícios (Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores);

II – arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2017, considerando-se, ainda, a tendência para os quadrimestres seguintes;

III - alterações na legislação tributária (Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita);

IV - expansão ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;

V - indicadores inflacionários e econômicos correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país e da política fiscal do governo federal;



São Francisco de Assis do Piauí
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUN. DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
DO PIAUÍ
CNPJ: 01.612.678/0001-98

VI - metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas de arrecadação a serem desenvolvidas;

VII - índice de participação do município na distribuição do ICMS, fixado para 2017 e, se estiver apurado, o provisório para 2018;

VIII - projeção da taxa de crescimento econômico para o ano de 2018;

IX - outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação no ano de 2018, desde que devidamente embasados.

Art. 5º. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2018/2021, que tenha sido objeto de projetos de Leis específica.

Art. 7º. A elaboração da Proposta Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus fundos, autarquias e entidades da administração Direta e Indireta, assim como a execução obedecerá às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base à execução orçamentária observada no período de Janeiro a Junho de 2017, observando-se:

I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos.

III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa da receita e na fixação de despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental.

IV. A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações de expansão.

V. Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e outras despesas com o custeio administrativo e operacional.

VI. O Município aplicará no mínimo **25% (vinte e cinco por cento)** da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos deles decorrentes na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na forma do Art. 60 da ADCT e da Lei nº. 11.494 de 20 de Junho de 2007, esta ultima regulamentada pelos Decretos Federais nº. 6.253 de 13/11/2007, 6.278 de 29/11/2007 e 6.571 de 17/09/2008.

VII. A aplicação de no mínimo **15% (Quinze por cento)** em ações e serviços públicos de saúde da Receita proveniente de Impostos e das Transferências de Recursos, cumprirá ao disposto na Lei Complementar nº. 141, de 13 de Janeiro de 2012.

VIII. Constará da Proposta Orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo Legislativo, com destinação e vinculação a projeto específico.

IX. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas às metas programáticas setoriais constantes na presente Lei.

X. Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortizações e outros encargos.

XI. Será estabelecido a Reserva de Contingência, em até 1%, cuja forma de utilização e montante, estará definida com base na Receita Corrente Líquida,

destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único: *Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, o saldo poderá ser utilizado para amparar a abertura de créditos adicionais por meio de Decreto do Poder Executivo, nos termos do Art. 40 e 41 da Lei Federal nº. 4.320/64, sem onerar a margem de suplementação orçamentária por decreto a ser autorizada na Lei Orçamentária Anual, relativa ao Exercício de 2018.*

Art. 9º. As despesas à conta de Investimentos em Regime de Execução Especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas decorrente de calamidade pública declarada pelo Município, na forma do Art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 10º. Em cumprimento ao disposto na alínea "f" do inciso I do Art. 4º da Lei Complementar Federal-LRF nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

Fica o Poder Executivo autorizado a:

§ 1º - Efetuar despesas de custeio de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições Públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres.

§ 2º - Nas realizações das ações de sua competência, o município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestações de contas.

Parágrafo Único. As contrapartidas financeiras de convênios, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do Município.

SEÇÃO II
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Art. 11. O Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Lei, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município.

§ 1º. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

- 1 - pessoal e encargos sociais;
- 2 - juros e encargos da dívida Interna;
- 3 - outras despesas correntes;
- 4 - investimentos;
- 5- inversões financeiras, nelas incluídas quaisquer despesas com constituição ou aumento de capital de empresas;
- 6 - amortização da dívida.

§ 2º. A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado da ação pública.

§ 3º. No Projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada Projeto e Atividade, sem prejuízo das codificações funcionais programáticas adotadas num código numérico seqüencial.

§ 4º. A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:

I - Transferências Intragovernamentais a Entidades não integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (15);

II - Transferências à União (20);

III - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (30);

IV - Transferências a Municípios (40);

V - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50);

VI - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (60);

VII - Aplicações Diretas - Administração Municipal (90).

§ 5º. Os empenhos orçamentários do Poder Executivo, fundações e autarquias seguirão uma ordem numérica seqüencial anual. Vejamos o Exemplo do Empenho nº. "105002".

1- Significa que o Empenho é do mês de Janeiro;

05 – Significa que a data do empenho é dia 05

002 – Significa o segundo empenho do dia.

Art. 12 -. As operações de crédito por antecipação da Receita, contratados pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício em que forem contratadas.

Art. 13 -. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será encaminhada ao Executivo até 31 de Julho de 2017, para serem incluídos na proposta Orçamentária do Município.

Parágrafo único – Para efeito do disposto na Lei Orgânica do Município, ficam estipulados os limites para elaboração da proposta orçamentária do Legislativo:

I - O total das despesas do Poder Legislativo Municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme Art. 29-A, inciso I da Constituição federal (E.Cnº. 58/2009).

II - As despesas com pessoal incluindo gastos com subsídios dos vereadores deverão observar o disposto no Art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (E.Cnº. 25/2000).

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 14 -. Acompanharão o Projeto de Lei Orçamentária Anual:

I – Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, apresentado de forma sintética e agregada, evidenciando déficit ou superávit e o total de cada um dos orçamentos;

II – Demonstrativo das Receitas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; bem como do conjunto dos dois orçamentos, segundo as categorias e subcategorias econômicas;

III – Quadro resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos;

- a) Por classificação institucional;
- b) Por função;
- c) Por subfunção;
- d) Por programa;
- e) Por grupo de despesa;
- f) Por modalidade de aplicação;
- g) Por elemento de despesa.

IV – Demonstrativo dos recursos destinados à Manutenção do Ensino Fundamental, do Ensino Infantil e do Desenvolvimento do Ensino;

V – Demonstrativo dos investimentos consolidados nos 03 (três) orçamentos do Município;

VI – Demonstrativo da despesa por grupo de despesa e fonte de recursos identificando os valores em cada um dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em termo global e por órgãos;

VII – As tabelas explicativas de que trata o art. 22, inciso III, letras A, B e C, sobre a evolução da Receita, letras D, E e F sobre a evolução da Despesa, conforme a Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DIVÍDA MUNICIPAL

Art. 15 -. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a ser incluída na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.

Art. 16 - O Projeto de lei orçamentária poderá incluir na composição total da receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 17 -. A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação da receita, desde que observado o disposto no Art. 38, da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 18 -. As despesas com o serviço da dívida de Município deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem

assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta de Lei Orçamentária.

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL
E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 19 -. O Orçamento Fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Art. 20 -. O Orçamento Fiscal do Município abrangerá todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do Poder Legislativo.

Parágrafo Único - Serão excluídos do Orçamento Fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 21 -. O Orçamento da Seguridade Social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da Administração Direta, vinculadas a áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social e obedecerá ao definido na Lei dos Fundos de Saúde e Assistência Social e da Lei Orgânica do Município.

Art. 22 -. O orçamento de investimento previsto na Lei Orgânica do Município detalhará individualmente por categoria de programação e natureza da despesa as aplicações destinadas às Despesas de Capital, constantes da presente Lei.

Art. 23 -. Fica o Poder executivo autorizado a conceder abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, nos termos dos Arts. 21 e 22 da Lei Federal n.º 494/2007, observando as condições estipuladas no Art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição da República.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24 - As despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida; sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, §§ 1º e 2º do Art. 19 e inciso III, § 1º do Art. 20, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, bem como ao disposto no Art. 182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município.

§ 1º. A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supramencionados Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000 será realizada ao final de cada semestre.

§ 2º. Entendem-se como Receita Corrente Líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das Receitas Correntes da Administração Direta e Indireta, excluídas as Receitas relativas à contribuição dos servidores para custeio do sistema de Previdência e Assistência Social, conforme inciso IV, letra c do art. 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04.05.2000.

§ 3º. O limite estabelecido para Despesas de Pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e Indireta, nas seguintes Despesas:

- I – Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
- II – Obrigações patronais (encargos sociais);
- III – Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
- IV – Subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito;
- V – Subsídios dos Vereadores;
- VI – Outras Despesas de Pessoal.

§ 4º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da Administração Direta, Autarquias e Fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício e obedecerão ao limite do *caput* deste artigo.

§ 5º. Os valores dos Contratos de Terceirização de Mão de Obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 6º. O pagamento de precatório judicial deverá obedecer aos preceitos e regras capituladas na Emenda Constitucional nº. 62, de 09 de dezembro de 2.009 e na Lei Municipal correspondente.

Art. 25 -. Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos reconhecida de utilidade pública; às pessoas físicas carentes, mediante processo interno, nas áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos Planos de Aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º. Os prazos para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º. Fica vedada à concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

SEÇÃO I

DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O REPASSE PARA A CÂMARA

Art. 26 -. A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas às despesas do Poder Legislativo Municipais ocorrerá conforme o disposto na EC nº 58/2009.

Parágrafo único. O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20(vinte) de cada mês, 7% (sete por cento) de sua receita, relativa ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, excluindo-se os valores de convênios, alienações de bens, fundo especial e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tornando este poder independente.

Art. 27 -. O Poder Executivo fica autorizado a descontar na parcela do repasse mensal do Duodécimo ao Poder Legislativo, os débitos previdenciários com INSS, não pago pelo Legislativo até o seu vencimento e debitados na Conta do FPM.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO.

Art. 28 - A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2018, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequentemente aumento das receitas próprias.

Art. 29 - O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara propostas de alterações na legislação Tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:

- I – Adequação das alíquotas dos tributos Municipais;
- II – Priorização dos tributos diretos;

III – Aplicação da justiça fiscal;

IV – Atualização das taxas;

V – Reformulação dos procedimentos necessários à cobrança dos tributos municipais.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 -. O Poder Executivo enviará até o dia 30 (trinta) de Setembro de 2017, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que apreciará até a última Sessão Legislativa do semestre, devolvendo-o a seguir para sanção.

Parágrafo Único. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado até 31 de Dezembro de 2017, fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a adotar a Lei Orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do Parágrafo Único do Art. 34 da Constituição Estadual.

Art. 31 -. Deverá ser utilizada a classificação orçamentária da despesa pública na forma da Portaria STN/SOF nº. 05 de 20 de maio de 1999, que compõem todas as alterações que constituem o novo Ementário de Classificação das Despesas Públicas, e a Portaria MOG nº. 42 de 14/04/99, que atualiza a discriminação por Função de governo, que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º e, § 2º, do art., 8º, ambos da Lei 4.320/64, Portaria Interministerial nº. 163 de 04/05/01 e Portaria MF nº. 184 de 25/08/2008, que visa conduzir a contabilidade do setor público brasileiro aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas.

Parágrafo Único – Conforme o disposto na Portaria SOF/SEPLAN nº. 42, de 14 de abril de 1999, os Programas serão identificados, mediante a criação de codificação com 04 dígitos de numeração seqüencial.

Art. 32 -. A Lei Orçamentária será sancionada até 31 de dezembro de 2017, acompanhada do Quadro de Detalhamento de Despesa – Q.D.D., especificando por órgão, os projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados.

§ 1º - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os Quadros de Detalhamento de Despesas, observados os limites fixados na Lei Orçamentária.

I - Os Projetos de Lei Orçamentários Anuais e de Créditos Adicionais, bem como suas propostas de modificações referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentadas com a forma e o detalhamento de despesas estabelecidas nesta Lei.

II - Os Decretos de Abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidos e das fontes de recursos que os atenderão.

§ 2º - Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de uma Fonte de Aplicação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 33 -. Efetuar com estrita observância a emissão de Relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do Art. 63 da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 34 -. Em cumprimento ao disposto na alínea “e” do inciso I do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal–LRF nº. 101/2000, a alocação dos recursos da Lei Orçamentária será feito de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do Governo Municipal.

Parágrafo Único – A avaliação dos resultados obtidos em cada Órgão, dos programas financiados com recursos Orçamentários que integram a execução do Orçamento, conforme dispõe o Art. 4^a, I, alínea “a” da LRF, deverá ser procedida pelo Poder Executivo em cada bimestre, ficando a unidade do Controle Interno responsável pela apreciação dos relatórios, adotando as medidas para o cumprimento das metas bimestrais, que acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante o Exercício Financeiro de 2018.

Art. 35 -. Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizado a realizar concurso público para preenchimento de vagas e cargo no âmbito da administração municipal, desde que não venha a ultrapassar o limite prudencial dos Gastos com Pessoal, elencados no Art. 24 da presente Lei.

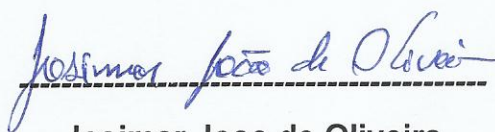
Art. 36 -. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.

Art. 37 -. Caso seja necessário à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, em conformidade com alínea “b” inciso 1 do Artigo 4º da LRF nº. 101, de 04/05/2000, para atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei orçamentária, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes inversões financeiras” de cada poder, aos trinta dias subsequentes.

Art. 38 - Caso o Projeto da Lei Orçamentária de 2018 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2017, a programação dele constante poderá ser executado até a edição da respectiva Lei orçamentária na forma originalmente encaminhada a Câmara Legislativa, excetuados os investimentos em novos projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do Tesouro Municipal.

Art. 39 -. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São Francisco de Assis



Josimar Joao de Oliveira
Prefeito Municipal

ANEXO I - METAS E PRIORIDADES 2018

A Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS GOVERNAMENTAIS

UNIDADE EXECUTORA: 01.01.00 – CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE DO PODER LEGISLATIVO

AÇÕES:

-
- Reequipar a Câmara Municipal
 - Reforma e ampliação do prédio da câmara municipal;
 - Manutenção Administrativa da Câmara Municipal;
 - Contribuição a AVEP;
 - Encargos com Assessoria Jurídica;
 - Assessoria Contábil;

UNIDADE EXECUTORA: 02.01.00 – GABINETE DO PREFEITO

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

-
- Encargos com Assessoria Jurídica;
 - Aquisição de equipamentos para o gabinete do prefeito;
 - Aquisição de Veículo;
 - Contribuição a Entidades;
 - Manutenção do Gabinete do Prefeito;
 - Administração da Junta do Serviço Militar;
 - Manutenção da Assessoria de Imprensa;

UNIDADE EXECUTORA: 02.02.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Indenizações administrativas e sentenças judiciais;
- Aquisição de equipamento e material permanente;
- Realização de concursos públicos;
- Manutenção da secretaria de administração;
- Manutenção do departamento de material e patrimônio;
- Treinamento e capacitação de servidores municipais;
- Manutenção dos serviços com energia elétrica;
- Manutenção dos serviços de telecomunicação;
- Manutenção dos serviços de postagem;
- Despesas com retransmissão de sinais de TV/Rádio;
- Manutenção das despesas com Agespisa;
- Assinatura de Revistas, Jornais e Informativos;

UNIDADE EXECUTORA: 02.02.01 – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Manutenção de estradas vicinais;
- Construção, ampliação e reforma de prédios públicos;
- Aquisição de veículo;
- Manutenção do departamento de obras e serviços urbanos;
- Pavimentação e urbanização de vias pública;
- Aquisição de imóveis;
- Manutenção e conservação de pavimentação asfáltica;
- Construção e recuperação de calçamentos;
- Construção e recuperação de praças e outros logradouros públicos;



São Francisco de Assis do Piauí
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUN. DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS
DO PIAUÍ
CNPJ: 01.612.678/0001-98

- Construção de Auditório;
- Construção do Portal da Cidade;
- Aquisição de equipamentos para a limpeza publica;
- Manutenção e conservação de cemitérios;
- Departamento de limpeza pública;
- Manutenção e conservação de praças e outros log. Públicos;
- Elaboração do plano diretor;
- Construção, ampliação e reforma de unidades habitacionais;
- Const. E reforma de poços, chafarizes e caixas d'água;
- Perfuração e instalação de poços tubulares;
- Manutenção de poços, chafarizes e caixas d'água
- Ampliação da rede de abastecimento d'água;
- Construção de esgoto, galerias e canais de drenagem;
- Construção e recuperação de lavanderias públicas;
- Construção e recuperação de aterro sanitário;
- Melhoria sanitária domiciliar zona rural/urbana;
- Construção reforma e ampliação de fossas;
- Implantação da rede de esgotamento sanitário;
- Manutenção do sistema de abastecimento de água;
- Construção, ampliação e reforma de açudes e barragens;
- Aquisição de equipamentos de telecomunicações;
- Construção, ampliação e recuperação da rede de energia elétrica;
- Manutenção dos serviços de iluminação publica;
- Construção do terminal rodoviário;
- Construção e recuperação de estradas vicinais;
- Construção e recuperação de pontes; bueiros e passagens molhadas;
- Manutenção e conservação de prédios públicos;
- Construção de ciclovias;
- Construção de uma garagem para a guarda de veículos publicos.;

UNIDADE EXECUTORA: 02.03.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Encargos com parcelamento de dívidas;
- Manutenção do setor tributário e fiscalização;
- Manutenção da secretaria de finanças;
- Assinaturas de revistas, jornais e informativos;
- Manutenção do setor de contabilidade;
- Departamento de arrecadação e tributos;
- Despesas com serviços bancários e financeiros;
- Despesas com obrigações patronais;
- Pagamento da dívida fundada;
- Manutenção das despesas com PASEP;

UNIDADE EXECUTORA: 02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Reforma e ampliação do prédio da Secretaria de Educação;
- Administração e encargos da Secretaria de Educação;
- Construção de um centro educativo;
- Construção, ampliação e reforma de unidade escolar;
- Aquisição de veículos automotores;
- Aquisição de imóveis;
- Aquisição de equipamentos para educação;
- Implantação e manutenção de laboratório de informática;
- Construção de quadras poliesportivas;

- Programa Brasil Alfabetizado – BRALF;
- Manutenção do ensino fundamental;
- Treinamento e qualificação pessoal;
- Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE;
- Conservação e limpeza das unidades escolares;
- Manutenção do serviço de transporte escolar;
- Manutenção do programa Salário Educação – QSE
- Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
- Programa bolsa alfa;
- Programa nacional de alimentação em creche – PNAC;
- Construção, reforma e ampliação de creches e pré-escola;
- Aquisição de equipamentos para creches e pré-escolas;
- Manutenção de creches;
- Manutenção do ensino pré escolar;
- Aquisição de equipamentos para o ensino especial;
- Construção e reforma de unidade escolar para ensino especial;
- Manutenção do ensino especial;
- Fomento ao turismo;
- Construção e reforma de estádio;
- Construção e recuperação de campo de futebol;
- Construção e reforma de quadra de esportes;
- Construção e reforma de ginásio poliesportivo;
- Realização de eventos esportivos;
- Construção e reforma de parques recreativos e desportivos;
- Programa Nacional de apoio ao Transporte Escolar – PNATE;
- Aquisição de ônibus escolar;
- Manutenção do laboratório de ciências;
- Programa Brasil Carinhoso;
- Plano de ação articulada – transferência direta;

- Manutenção de biblioteca publica;
- Programa de apoio ao transporte escolar – PEATE;
-

UNIDADE EXECUTORA: 02.04.01 – FUNDO DE MANUT. E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Aquisição de equipamentos diversos;
- Construção, reforma e ampliação de Unidades Escolares;
- Aquisição de equipamentos para unidades escolares;
- Aquisição de veículo;
- Encargos com pessoal do magistério – FUNDEB 60%;
- Encargos com pessoal do administrativo – FUNDEB 40%;
- Encargos com pessoal do Magistério Jovens e Adultos - 60%
- Outras despesas de custeio de 40%;
- Manutenção dos serviços de transporte escolar 40%;
- Treinamento e qualificação de pessoal;
- Manutenção e encargos da educação especial 40%;
- Manutenção e encargos da educação especial 60%;
- Manutenção e encargos da educação de jovens e adultos 40%;
- Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Creches 40%;
- Encargos com pessoal do magistério do ensino infantil - 60%;
- Manutenção e encargos com ensino pré-escolar 40%;
- Encargos com pessoal do magistério do ensino pré-escolar- 60%
- Manutenção e encargos do ensino infantil 40%;

UNIDADE EXECUTORA: 02.05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Construção, ampliação e reforma de postos de saúde e da secretaria;
- Aquisição de equipamentos;
- Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde;
- Aquisição de veículo;
- Aquisição de imóveis;

; UNIDADE EXECUTORA: 02.05.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Aquisição de ambulatório;
- Construir e equipar consultórios odontológicos;
- Construção, ampliação e reforma de postos de saúde;
- Aquisição de veículos automotores;
- Aquisição de equipamentos para postos de saúde;
- Construção, ampliação e reforma de Unidade Básica de Saúde;
- Construir e equipar academias ao ar livre;
- ampliar e reformar do prédio da secretária de saúde;
- Aquisição de imóvel;
- Programa de melhoramento do acesso de qualidade – PMAQ;
- Manutenção dos postos de saúde da secretaria;
- Manutenção da unidade de saúde Procópio Gomes Ferreira;
- Programa compensação e especificidades regionais – CER;
- Programa de Atenção Básica – PAB fixo;
- Manutenção do sistema de saúde do município;
- Programa de saúde na família – PSF;
- Programa Agente Comunitário de Saúde – PACS;
- Programa de saúde bucal – PSB;
- Programa Saúde na Escola – PSE
- Programa de Assistência Farmacêutica Básica – AFB;

- Aquisição de Materiais e Medicamentos;
- Ações de Vigilância e Promoção em Saúde;
- Ações de controle de doenças e endemias;
- Realização de Campanhas de Vacinação, prevenção e educativa;
- Programa DANT'S – Doenças e Agravos não transmissíveis;
- Aquisição de equipamentos medica hospitalar e odontológico;
- Manutenção e conservação da academia de saúde;
- Núcleo de Apoio da Saúde da Família – NASF
- Aquisição de ambulância;
- Manutenção do programa co financiamento;

UNIDADE EXECUTORA: 02.06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Construção e reforma do prédio da secretaria de agricultura;
- Manutenção da Secretaria de Agricultura;
- Construção, ampliação e reforma e equip. Feiras, matadouro e mercado público;
- Aquisição de patrulha mecanizada;
- Aquisição de veículos;
- Construção de casa de farinha;
- Implementação e manutenção de projeto comunitário de irrigação;
- Implementação e manutenção de campo agrícola de irrigação com hortas comunitárias;
- Programa de distribuição de sementes;
- Assistência ao pequeno Produtor Rural;
- Construção de escola família agrícola;

- Construção de parque de vaquejada;
- Manutenção e conservação de mercados, matadouro e feiras;
- Manutenção e conservação de patrulha mecanizada e retroescavadeira;
- Implantação da agricultura familiar;
- Incentivo a Piscicultura e Pecuária;
- Aquisição de imóvel;

UNIDADE EXECUTORA: 02.07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Aquisição de equipamentos diversos;
- Manutenção do Conselho Tutelar
- Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Campanha de distribuição de gêneros alimentícios;
- Manutenção da casa de apoio a pessoas carentes;

UNIDADE EXECUTORA: 02.07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Construção do centro de convivência para idosos - CCI
- Programa Piso básico variável – SCFV
- Aquisição de equipamentos e material permanente;
- Construção, reforma e ampliação do prédio do CRAS;
- Aquisição de veículos;
- Apoio a pessoas carentes;
- Administração do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Programa Índice de gestão descentralizada da SUAS;
- Programa Índice de Gestão Descentralizada – IGD

- Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;
- Programa Bolsa Família;
- Programa de atenção integral a família – PBF;
- Piso Básico Fixo;
- Programa BPC na escola;

UNIDADE EXECUTORA: 02.08.00 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Manutenção da Controladoria Geral do Município - CGM;

UNIDADE EXECUTORA: 02.09.00 – SECRETARIA DE CULTURA

OBJETIVO - DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER EXECUTIVO

AÇÕES:

- Manutenção da Secretaria de Cultura;
- Manutenção do telecentro comunitário;
- Construção, Reforma de Bibliotecas Públicas;
- Aquisição de instrumentos musicais;
- Manutenção da Biblioteca Pública Municipal;
- Encargos com Festividades e Comemorações;
- Ações de incentivo a arte e cultura;
- Aquisição de equipamentos esportivos;
- Manutenção do departamento esportivo;

ANEXO II - RISCOS FISCAIS

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
(Art. 4º, § 3º, da LC nº. 101, de 04/05/2000).

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deva conter o Anexo de Riscos Fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos Fiscais é a possibilidade de ocorrência de eventos, que, por incertos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificados em dois grupos: *riscos orçamentários* e *riscos decorrentes da gestão da dívida*.

Os riscos orçamentários referem-se à frustração de arrecadação, a restituição de tributos não prevista ou prevista a menor, diminuição da atividade econômica e situações de calamidade pública, dentre outros.

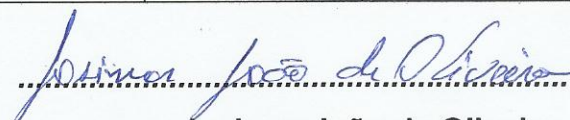
Os riscos de gestão da dívida referem-se a ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio e de juros que afetem as obrigações vincendas.

Desse modo, sopesados as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente **R\$ 110.000,00** para o **Exercício Financeiro de 2018**, conforme demonstrativo que segue.

LRF, art. 4º, § 3º, Portaria STN Nº. 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 009 /2014.

R\$1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Estiagem prolongada e enchentes	60.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	60.000,00
Condenações Judiciais	30.000,00		
Pagamento de Juros da dívida maior que o orçado	20.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de despesas	50.000,00
TOTAL	110.000,00	TOTAL	110.000,00


.....
Josimar João de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LEI Nº 238, DE 22 DE JUNHO DE 2017

AMF - DEM III (LRF - art. 4º, § 2º, inciso II) - Portaria STN Nº 407 / 2011 e Resolução TCE-PI 905 / 2009.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
RECEITA TOTAL	12.450.973,43	15.064.372,40	20,99%	16.806.421,40	11,56%	18.487.063,54	10,00%	20.335.769,89	10,00%	22.369.346,88	10,00%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	12.436.377,30	15.050.865,51	21,02%	16.761.918,40	11,37%	18.438.110,24	10,00%	20.281.921,26	10,00%	22.310.113,39	10,00%	
DESPESAS TOTAL	11.890.445,83	13.158.606,98	10,67%	17.885.282,00	35,92%	18.487.063,54	3,36%	20.335.769,89	10,00%	22.369.346,88	10,00%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	11.890.445,83	13.097.251,76	10,15%	17.755.282,00	35,56%	18.357.063,54	3,39%	20.192.769,89	10,00%	22.212.046,88	10,00%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	545.931,47	1.953.613,75	257,85%	(993.363,60)	-150,85%	81.046,70	-108,16%	89.151,37	10,00%	98.066,51	10,00%	
RESULTADO NOMINAL	560.527,60	1.967.120,64	250,94%	(978.860,60)	-149,76%	97.000,00	-109,91%	106.700,00	10,00%	117.370,00	10,00%	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	68.655,33	64.968,21	-5,37%	64.968,21	0,00%	-	-100,00%	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(1.515.384,71)	(30.220,31)	-98,01%	(64.968,21)	114,98%	-	-100,00%	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
RECEITA TOTAL	13.923.923,59	15.892.912,88	14,14%	16.806.421,40	5,75%	17.440.625,98	3,77%	18.013.792,09	3,29%	18.605.461,93	3,28%	
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	13.907.600,73	15.878.663,11	14,17%	16.761.918,40	5,56%	17.394.443,62	3,77%	17.966.092,00	3,29%	18.556.195,12	3,28%	
DESPESAS TOTAL	13.297.085,57	13.882.330,36	4,40%	17.885.282,00	28,83%	17.440.625,98	-2,49%	18.013.792,09	3,29%	18.605.461,93	3,28%	
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	13.297.085,57	13.817.600,61	3,91%	17.755.282,00	28,50%	17.317.984,47	-2,46%	17.887.120,11	3,29%	18.474.629,36	3,28%	
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	610.515,16	2.061.062,51	237,59%	(993.363,60)	-148,20%	76.459,15	-107,70%	78.971,89	3,29%	81.565,75	3,28%	
RESULTADO NOMINAL	626.838,02	2.075.312,28	231,08%	(978.860,60)	-147,17%	91.509,43	-109,35%	94.516,79	3,29%	97.621,23	3,28%	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	76.777,26	68.541,46	-10,73%	64.968,21	-5,21%	-	-100,00%	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	(1.694.654,72)	(31.882,43)	-98,12%	(64.968,21)	103,77%	-	-100,00%	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF												

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS, SETOR CONTÁBIL, RELATÓRIOS DA RREO e RGF

Josimar João de Oliveira
JOSIMAR JOÃO DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL